



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

ISABELLA DOS SANTOS HENSCHERL

ESTUDO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA

**Assis/SP
2016**



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

ISABELLA DOS SANTOS HENSCHEL

ESTUDO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Administração do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão.

**Orientando(a): Isabella dos Santos Henschel
Orientador(a): Patrícia Irina Loose de Moraes**

**Assis/SP
2016**

FICHA CATALOGRÁFICA

HENSCHER, Isabella dos Santos.

Estudo dos Instrumentos de Política Monetária. / Isabella dos Santos Henschel.
Fundação Educacional do Município de Assis –FEMA – Assis, 2016.

Número de páginas.

1. Instrumentos. 2. Política Monetária.

CDD:
Biblioteca da FEMA

ANÁLISE DA VARIAÇÃO DA TAXA CAMBIAL E SUA INFLUÊNCIA NA ECONOMIA BRASILEIRA.

ISABELLA DOS SANTOS HENSCHER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: _____
Patricia Irina Loose de Moraes

Examinador: _____
José Carlos Cavassini

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me concedeu o dom da vida e me proporcionou saúde e força para superar as dificuldades. A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que tornaram superior o horizonte que hoje vislumbro. Ao Prof. Dr. Reynaldo Campanatti Pereira e à Prof. M.^a Patrícia Irina Loose de Morase pela oportunidade, confiança e orientação. Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Ao meu noivo e aos meus amigos que me fortaleceram e me encorajaram nos momentos de desânimo e cansaço. E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

A economia é formada por vários fatores, como por exemplo, os recursos de produção, os conhecimentos tecnológicos, importação, exportação e globalização, que detém objetivos diferentes, de acordo com as informações a serem analisadas, como por exemplo, a micro e a macroeconomia, além disso, existem as políticas econômicas aplicadas em cada região. A partir de então, os agregados econômicos como a inflação e a taxa de câmbio surgem e que podem estar relacionados a contextos de crescimento ou à sua recessão, qualquer alteração na economia nacional gerará um reflexo no PIB brasileiro. A taxa de câmbio utilizada no Brasil é a relação existente entre o real e o dólar, o último apresenta suma importância no mercado por ser uma moeda de troca internacional. O objetivo deste trabalho é apresentar os momentos em que a desvalorização da moeda brasileira gerou recessão na economia nacional e, por outro lado, quando houve valorização do real e o país apresentou crescimento. Dessa forma, será possível acompanhar os fatos e compreender alguns dos motivos que fizeram com que a economia brasileira se tornasse tão instável, quanto se encontra no momento.

Palavras-chave: Taxa de câmbio, Economia brasileira, Dólar.

ABSTRACT

The economy is made up of several factors, such as production resources, technological expertise, import, export and globalization, which has different objectives, according to the information to be analyzed, such as the micro and macroeconomics furthermore, there are economic policies applied in each region.

Since then , the economic aggregates such as inflation and the exchange rate rise and that may be related to growth contexts or its recession , suffered any change in the national economy will generate a reflection of Brazil's GDP .

The exchange rate used in Brazil is the relationship between the real and the dollar, the latter has great importance in the market for being an international exchange currency.

The aim of this paper is to present the moments when the devaluation of the Brazilian currency led recession in the national economy and, on the other hand, when there was appreciation of the real and the country grew. Thus, it Will be possible to follow the facts and understand some of the reasons that made the Brazilian economy became so unstable, as it is right now.

Keywords: Exchange Rate, Brazilian Economy, Dollar.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....	25
Quadro 2.....	26
Quadro 3.....	27

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MACROECONÔMICA	10
2.1 ASPECTOS GERAIS CONCEITUAIS	10
2.2 POLÍTICA MONETÁRIA.....	14
2.3 POLÍTICA CAMBIAL	14
2.4 POLÍTICA DE RENDAS	16
2.5 POLÍTICA FISCAL	17
3 METAS DE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS	19
3.1 ASPECTOS GERAIS CONCEITUAIS	19
3.2 O CRESCIMENTO ECONÔMICO	20
3.2.1. Crescimento econômico brasileiro.....	22
3.3. CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO <i>VERSUS</i> INFLAÇÃO.....	23
4 VARIAÇÃO DA TAXA CAMBIAL E DO PIB BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS ANOS	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
6 REFERÊNCIAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade investigar, a partir dos conceitos de macroeconomia, a variação cambial e observar como o Brasil se posicionou mediante a cada alteração na taxa de câmbio na última década, considerando as variáveis que estão diretamente ligadas ao setor econômico nacional.

Para que seja possível atingir os objetivos de identificar os momentos em que o Brasil aproveitou as oportunidades de variação favorável ao crescimento da economia nacional, será necessário discutir alguns conceitos importantes dentro da evolução da ciência econômica, como por exemplo, inflação e taxa de câmbio. Dessa maneira a meta será atingida de forma mais simples, considerando que será possível o acompanhamento do desenvolvimento da ideia principal.

A partir do estudo dos fatores que interferem nas relações comerciais e econômicas do país, será possível compreender os motivos que levaram o país a sofrer as consequências da instabilidade das taxas de câmbio.

No primeiro capítulo o foco é expor os conceitos básicos que proporcionem maior compreensão do tema que será abordado, como por exemplo, os conceitos de economia, micro e macro economia e os instrumentos de política macroeconômica.

Na sequência, o segundo capítulo retratará alguns fatores que podem interferir na economia.

Por fim, o último capítulo mostrará uma análise de como índices mundiais podem atingir a economia brasileira.

2. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MACROECONÔMICA

2.1 ASPECTOS GERAIS CONCEITUAIS

A partir de acontecimentos econômicos, pode-se perceber o quanto a economia se faz presente na vida cotidiana das pessoas. A economia tem como principal função auxiliar sociedades a utilizarem recursos de forma consciente para que seja possível atingir uma produção de bens ou serviços que gerem renda lucro para o investimento despendido para detenção de bens e serviços e, ainda, que atenda às necessidades daqueles que consumirão ou terão acesso a estes.

Para Vasconcellos e Garcia (1999, p. 02):

Economia é a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem (escolhem) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas.

Assim, a economia se faz presente na vida das pessoas constantemente e a partir da alocação de recursos produtivos como mão de obra, matéria prima e estrutura, seja possível a produção de bens e serviços que sejam capazes de suprir as necessidades do ser humano, estabelecendo um nível de qualidade de vida estável.

Desde o início dos estudos direcionados à economia, muitos aprimoramentos conceituais foram realizados e aprimorados de forma a permitir dividi-la em grandes áreas de pesquisa, das quais sobressai-se a micro e macroeconomia.

Segundo Ackley (1969; p. 04):

A macroeconomia trata de temas econômicos “em larga escala”. Preocupa-se com as grandes dimensões ou as dimensões totais da vida econômica. [...] Preocupa-se a macroeconomia, mais especificamente, com variáveis, tais como o volume

agregado do produto de uma economia, com a intensidade com que seus recursos são empregados, com a dimensão da renda nacional, com o “nível geral de preços”. Por outro lado, trata a microeconomia da *divisão* do produto total entre indústrias, produtos e firmas e a distribuição de recursos entre usos competitivos. Considera problema de *distribuição* da renda. Seu interesse reside nos preços *relativos* de bens e serviços particulares.

Sendo assim, pode-se verificar que a microeconomia envolve um mercado de negociações de menor direcionamento, considerando as proporções atingidas pela macroeconomia, que envolve dimensões nacionais.

Segundo o site Economia (2010) Net:

Microeconomia é o ramo da ciência econômica voltado ao estudo do comportamento das unidades de consumo (indivíduos e famílias); ao estudo das empresas e ao estudo da produção de preços dos diversos bens, serviços e fatores produtivos.

É por meio da análise microeconômica que se torna possível dar preço aos produtos, pois envolve o interesse que as pessoas exercem sobre certos produtos ou não, sendo assim, o aumento ou a diminuição na demanda do mesmo no mercado.

Por outro lado o site Economia Net (2010) cita:

A Macroeconomia estuda o comportamento do sistema econômico por um reduzido número de fatores, como a produção ou produto total de uma economia, o nível de emprego e poupança, o investimento, o consumo, o nível geral dos preços. Seus principais objetivos estão no rápido crescimento do produto e do consumo, no aumento da oferta de empregos, na inflação reduzida e no comércio internacional vantajoso.

Então, a macroeconomia exerce uma análise mais ampla do mercado, pois atinge níveis regionais e internacionais, de acordo com o que se busca compreender. É a partir desse ponto que se atinge a compreensão de como uma atitude tomada do outro lado do mundo pode interferir na vida de brasileiros.

Algumas das características levadas em consideração no estudo da macroeconomia, na concepção do site Brasil Escola (2016) é a seguinte:

A macroeconomia estuda a economia em geral analisando a determinação e o comportamento dos grandes agregados como renda e produtos, níveis de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda, taxa de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio.

Então, pode-se concluir que a macroeconomia consiste num amplo estudo do desenvolvimento das regiões, países e, até mesmo do mundo.

Com base nos conceitos de Byrns e Stone (1997, p. 17):

A macroeconomia envolve o estudo de toda a sociedade e utiliza as variáveis agregadas – as somas de diversas variáveis pequenas (por exemplo, o número de trabalhadores empregados por uma empresa) levam a variáveis agregadas (por exemplo, o emprego nacional).

Do ponto de vista de Nunes (2015):

A macroeconomia pode ser entendida como a ciência que estuda o comportamento da Economia de forma agregada, através da análise de variáveis globais tais como a produção, o rendimento, a procura, o investimento, a poupança, o desemprego, as taxas de juro, as taxas de câmbio ou o nível geral de preços.

Para Nunes, a macroeconomia é o modo como a economia se comporta, mesmo com as interferências de variáveis que atingem níveis globais, que afetam, até mesmo, as economias mais distantes. Quando um país sofre com grandes ações de nível macroeconômico, é dever do governo tomar atitudes para que o país possa se estabilizar da melhor maneira possível e são nesses casos em que os instrumentos de política são

colocados em prática, pois a política pública está diretamente ligada à política econômica e vice versa.

Segundo uma publicação do site Portal da Educação (2013):

Por política econômica compreende-se o conjunto de ações tomadas por um governo para atingir determinados fins econômicos, sejam eles de curto ou longo prazo. Tais ações são estruturadas sobre as leis e princípios econômicos desenvolvidos pela ciência econômica. [...] As políticas econômicas afetam e são afetadas, portanto, pelas políticas públicas e elas não devem entrar em conflito entre si.

Essa união dos dois tipos de políticas buscam, a longo prazo, crescimento econômico para uma melhor distribuição de renda, que seja mais justa e diminua a expressiva desigualdade social a qual o Brasil se encontra. Entretanto, para atingir tal conquista, a curto prazo a prioridade é chegar o mais próximo possível do pleno emprego, criando um ambiente econômico livre de oscilações, proporcionando, assim, espaço para investimento privado que expandirá a capacidade produtiva brasileira.

Segundo Vasconcellos e Garcia (1999, p. 87):

A política macroeconômica envolve a atuação do governo sobre a capacidade produtiva (oferta agregada) e despesas planejadas (demanda agregada), com o objetivo de permitir que a economia opere a pleno emprego, com baixas taxas de inflação e uma distribuição justa de renda.

Para tanto, torna-se essencial observar como os instrumentos de política afetam a capacidade de investimentos, esses instrumentos são divididos em quatro vertentes: política monetária, política cambial, política de rendas e política fiscal.

2.2 POLÍTICA MONETÁRIA

O primeiro dos instrumentos de política macroeconômica tem como objetivo monitorar a liquidez global do sistema econômico e possui duas subdivisões: política monetária restritiva e política monetária expansiva.

O site Economia Net (2011) explica que:

Política Monetária Restritiva: engloba um conjunto de medidas que tendem a reduzir o crescimento da quantidade de moeda, e a encarecer os empréstimos. [...] política Monetária Expansiva: é formada por medidas que tendem a acelerar a quantidade de moeda e a baratear os empréstimos (baixar as taxas de juros). Incidirá positivamente sobre a demanda agregada.

No caso da política monetária restritiva as ações do Banco Central são voltadas ao empréstimo de dinheiro aos bancos comerciais sob prazo e taxa de pagamento determinados, venda de títulos públicos e à custódia de parcelas dos depósitos de bancos comerciais ao público, que, conseqüentemente, geram a liquidez da economia. Já na expansiva, o Banco Central aumenta os prazos de pagamento dos empréstimos feitos a bancos comerciais, causa expansão dos meios de pagamento, devido à compra de títulos públicos e, ainda, diminui os valores que toma em custódia dos bancos comerciais, dessa maneira atingi-se liquidez econômica.

2.3 POLÍTICA CAMBIAL

Sobre a política cambial a Bunge Prev (2009) cita:

Sendo atribuição do Banco Central controlar a inflação, e sendo a variável câmbio importante para que possa atingir sua meta, ele está sempre atento a este mercado e em busca de mecanismos de intervenção, quando ele atinge níveis considerados danosos para nossa economia.

Como mostrado acima, o Banco Central interfere no mercado de câmbio, a partir do momento em que a taxa cambial atinge um patamar que danifique a economia brasileira, pois, desde que o regime de câmbio flutuante começou a ser aplicado no Brasil, o Banco Central não tem o poder de controlar minuciosamente as variações dessa taxa.

Com base no artigo publicado no site Mises (2015), do Instituto Ludwig Von Mises Brasil, os três regimes cambiais existentes funcionam da seguinte forma:

A taxa de câmbio flutuante é a taxa vigente na maioria dos países do mundo [...] Nesse regime cambial, o Banco Central estipula apenas a política monetária, ou seja, ele controla a taxa básica de juros e a base monetária. O Banco Central não possui nenhuma política cambial explícita. A taxa de câmbio varia diariamente ao sabor da oferta de moeda estrangeira, da demanda de estrangeiros pela moeda nacional e, principalmente, da percepção dos investidores estrangeiros e dos especuladores quanto à situação econômica e política do país. Sob um arranjo de taxa de câmbio fixa, a taxa de câmbio, obviamente, tem de ser *estritamente imutável ao longo do tempo*. [...] Um arranjo de taxa de câmbio fixa dificilmente pode ser implantado por um Banco Central, pois a função clássica de um Banco Central é estipular juros e manipular a base monetária. Na prática, uma taxa de câmbio atrelada ocorre quando o Banco Central faz intervenções diárias no mercado cambial para manter a moeda nacional flutuando dentre de bandas arbitrariamente determinadas pelo próprio Banco Central.

No caso da taxa de câmbio flutuante, a inflação tem interferência direta na valorização da moeda do país, pois por meio da taxa inflacionária os agentes econômicos que se encontram ao redor de todo o mundo conseguem analisar se política e a economia do país apresentam características positivas que favoreçam o investimento estrangeiro em território nacional, quando este tipo de taxa é utilizado, o valor da moeda estrangeira pode oscilar sem limitação, ou seja, um mesmo produto pode sofrer alterações drásticas de preço, seja para mais ou para menos. Já a taxa de câmbio fixa é auto descritiva, não pode sofrer mutações relacionadas a juros ou base monetária, nessa caso, é estipulado um valor para essa taxa e, a partir de então, essa importância não pode sofrer mutações. E,

por fim, a taxa de câmbio atrelada é uma mistura dos outros dois tipos de taxa de câmbio, no qual há um intervalo em que ela possa sofrer algumas alterações, desde que os limites aplicados sejam respeitados, ou seja, é estipulado um valor mínimo e um máximo os quais a valia da taxa de câmbio deve respeitar.

2.4 POLÍTICA DE RENDAS

A política de rendas é, dentre as demais, a política que mais sofre interferência do governo, como explica Vasconcellos e Garcia (1999, p. 89):

A política de rendas refere-se a intervenção direta do governo na formação de renda (salários, aluguéis), através de controle e congelamento de preços. [...] A característica especial é que, nesses controles, os preços são congelados, e os agentes econômicos não podem responder às influências econômicas normais do mercado.

Quando analisando o instrumento de política de rendas a página virtual do Portal Educação (2013) explica:

A política de rendas consiste na interferência do governo nos preços e salários praticados pelo mercado. No intuito de atender a interesses sociais, o governo tem a capacidade de interferir nas forças do mercado e impedir o seu livre funcionamento. É o que ocorre quando o governo realiza um tabelamento de preços com o objetivo de controlar a inflação.

Uma forma clara de ilustrar a citação acima é exemplificar que com a fixação de salário mínimo, o governo interfere nos salários pagos à população para que não se perca o poder de consumo, incentivando os consumidores a exercerem seu papel, não permitindo que o mercado pare.

2.5 POLÍTICA FISCAL

A política fiscal é um dos instrumentos da política macroeconômica que é utilizado no aprimoramento e na busca por melhorias do mercado.

O site do Tesouro Nacional (2016) explica:

Política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas de modo a cumprir três funções: a estabilização macroeconômica, a redistribuição da renda e a alocação de recursos. A função estabilizadora consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços. A função redistributiva visa assegurar a distribuição equitativa da renda. Por fim, a função alocativa consiste no fornecimento eficiente de bens e serviços públicos, compensando as falhas de mercado.

Por esse motivo que, quando o país se encontra em recessão é que se espera tanto que as autoridades tomem iniciativas que fomentem o mercado e redistribuam a renda para que a população mantenha a economia interna em circulação e o país possa se recuperar da maneira mais rápida e eficiente.

Existem várias formas de analisar o objetivo da política fiscal, considerando a visão de Vasconcellos e Garcia (1999, p. 87):

Refere-se a todos os instrumentos que o governo dispõe para a arrecadação de tributos (política tributária) e o controle de suas despesas (política de gastos). [...] Se o objetivo da política economia é reduzir a taxa de inflação, as medidas fiscais normalmente utilizadas são a diminuição de gastos públicos e/ou o aumento da carga tributária (que inibe o consumo). Ou seja, visam diminuir os gastos da coletividade.

Se o objetivo é um maior crescimento e emprego, os instrumentos fiscais são os mesmos, mas em sentido inverso, para elevar a demanda agregada.

Então, entende-se que é necessária compreender quais as deficiências a serem atendidas, para então, estudar as possibilidades de se atingir o objetivo principal.

A política fiscal se divide em duas vertentes e, segundo o site Economia Net (2011), essas subdivisões se explicam da seguinte maneira:

Política Fiscal expansiva : é usada quando há uma insuficiência de demanda agregada em relação à produção de pleno - emprego. Isto acarretaria o chamado "hiato deflacionário", onde estoques excessivos se formariam, levando empresas a reduzir a produção e seus quadros de funcionários, aumentando o desemprego.

De acordo com esse cenário, para conseguir atingir o objetivo de aniquilar as tendências inflacionárias e o enfraquecimento do mercado, seria necessário incentivar o consumo, por meio de diminuição de tarifas, aumento de gastos públicos e fomento para a produção interna do país.

Por outro lado, o Economia Net (2011) mostra que a:

Política Fiscal restritiva: é usada quando a demanda agregada supera a capacidade produtiva da economia, no chamado "hiato inflacionário", onde os estoques desaparecem e os preços sobem.

Sendo assim, atitudes como incentivo à importação, diminuição de gastos tanto públicos quanto de bens de consumo, são medidas necessárias para regular a atividade econômica em questão.

Para Santiago (2011):

Nos diversos manuais de Economia, a política fiscal está intimamente ligada à política monetária, podendo-se afirmar, em termos bastante simplistas, que as duas políticas econômicas são como irmãs, pois ambas buscam influenciar um

aspecto da economia: a política monetária irá modificar o comportamento da moeda, e a política fiscal irá operar frente aos gastos estatais.

As combinações das atitudes tomadas pelo governo demonstram o esforço em busca de orientação para as metas de um país. É por meio da política fiscal que se obtém o poder de alterar a taxa de inflação, atingindo, diretamente, na demanda.

Os instrumentos de política macroeconômica analisados são indispensáveis para atingir as metas políticas macroeconômicas em busca de melhoras na economia brasileira.

3 METAS DE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

3.1 ASPECTOS GERAIS CONCEITUAIS

A macroeconomia integra a economia de forma a analisar desde o produtor individual até a prática do seu papel no mercado coletivo.

Segundo Assunção (2010) por meio do site Administradores (2010):

A política macroeconômica, como toda política possui metas a serem atingidas. Dentre essas metas temos: alto nível de emprego, estabilidade de preços, distribuição da renda e crescimento econômico. [...] A distribuição justa de renda também é meta da macroeconomia, tanto em relação ao nível pessoal quanto ao nível regional.

Metas como as citadas acima são mantidas, pois estão interligadas uma a outra. A busca pelo alto nível de emprego indica uma preocupação com a manutenção da economia em rotatividade, pois pessoas que estão empregadas, também exercem seu papel de consumidor, implicando a necessidade de mais produção, o que gera ainda mais

empregos, melhor distribuição de renda e crescimento econômico, se tornando, assim, um ciclo vicioso que é possível de se manter quando as variáveis de mercado são favoráveis à continuidade e a permanência do mercado em rotatividade.

3.2 O CRESCIMENTO ECONÔMICO

O conceito de crescimento econômico está diretamente ligado ao aumento do PIB – Produto Interno Bruto, ou seja, um aumento na produção seja ela de produtos ou serviços, de uma determinada região ou país.

Segundo o site Estadão (2011):

O PIB é um indicador para medir a atividade econômica do país. Quando há queda de dois trimestres consecutivos no PIB, a economia está em recessão técnica. Os economistas costumam dizer que o PIB é um bom indicador de crescimento, mas não de desenvolvimento, que deveria incluir outros dados como distribuição de renda, investimento em educação, entre outros aspectos.

Já para o site Sua Pesquisa:

PIB (Produto Interno Bruto) é a soma de todos os serviços e bens produzidos num período (mês, semestre, ano) numa determinada região (país, estado, cidade, continente). O PIB é expresso em valores monetários (no caso do Brasil em Reais). Ele é um importante indicador da atividade econômica de uma região, representando o crescimento econômico. Vale dizer que no cálculo do PIB não são considerados os insumos de produção (matérias-primas, mão-de-obra, impostos e energia).

Então, o PIB indica se a economia do país está em crescimento ou em recessão e, por meio dele, é possível identificar quais são os setores econômicos que estão sendo positivos ou negativos para que a economia consiga crescer.

A partir de então, a Nova Escola Clube (2011) conceitua:

Crescimento econômico: refere-se ao aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. [...] Também colaboram para o crescimento econômico as inovações tecnológicas, expansão da força de trabalho e o aumento da receita nacional poupada e investida.

Já em relação ao desenvolvimento econômico Maia (2006), por meio do Dicionário dos Direitos Humanos conclui que:

O desenvolvimento econômico é um conceito que por sua amplitude aproxima a economia das demais ciências sociais. Sua caracterização não se restringe ao crescimento da produção em uma região, mas trata principalmente de aspectos qualitativos relacionados ao crescimento. Os mais imediatos, referem-se à forma como os frutos do crescimento são distribuídos na sociedade, à redução da pobreza, à elevação dos salários e de outras formas de renda, ao aumento da produtividade e à repartição de ganhos dele decorrentes, ao aperfeiçoamento das condições de trabalho, à melhoria das condições habitacionais, ao maior acesso à saúde e à educação, aos aumentos do acesso e tempo de lazer, à melhoria da dieta alimentar e à melhor qualidade de vida em seu todo envolvendo condições de transporte, segurança e baixos níveis de poluição em suas várias conotações, para citar alguns.

Dessa maneira, define-se que o crescimento econômico é baseado nos dados da produção do país, enquanto o desenvolvimento econômico baseia-se na condição de vida e no bem estar socioeconômico das pessoas.

3.2.1. Crescimento econômico brasileiro

O Brasil, quando comparado com os demais componentes do G20, apresentou um dos piores desempenhos na economia no ano de 2014, o que pode ocasionar em um desequilíbrio significativo nos anos seguintes.

Para Cerqueira (2016) do Site Mundo Educação:

O G20 é formado por ministros de finanças e chefes dos bancos centrais de 19 nações: os que formam o G8 e ainda 11 emergentes. No G8 estão: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia. Os outros países membros do G20 são: Brasil, Argentina, México, China, Índia, Austrália, Indonésia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul e Turquia. A União Europeia, em bloco, é o membro de número 20, representado pelo Banco Central Europeu e pela presidência rotativa do Conselho Europeu.

De acordo com citação de Ramos para a BBC (2015):

Espera-se que a economia dos países latino-americanos deteriore mais em 2015 e a fragilidades financeiras cresçam. O Brasil terá o desafio de lidar com os desequilíbrios macroeconômicos e com os excessos de políticas que levaram a um situação de baixo crescimento e inflação em alta. A dinâmica de ajustes provavelmente durará até 2016.

A partir dessa citação, foi possível compreender que os anos de 2015 e 2016 apresentariam grande dificuldade para superar esse momento de fragilidade na economia brasileira e, ainda alertou para as variáveis que poderiam interferir negativamente nesse momento de recuperação.

De acordo com uma análise da última década, é possível entender o quanto o crescimento da economia brasileira tem sido muito pequeno (Ver Quadro 3, p. 27) quando comparado aos índices per capita que são apresentados, no entanto, esses índices não correspondem à realidade atual.

Para Garrucho (2014) da BBC Brasil:

Se toda a riqueza produzida pelo Brasil fosse dividida pelo total de habitantes do país em 1990, cada brasileiro levaria para casa R\$ 3.999. Vinte anos depois, em 2010, a divisão desse bolo – conhecido pelos economistas como o PIB per capita - seria de R\$ 5.604, uma alta de 40%. No entanto, segundo um novo indicador divulgado nesta quarta-feira, a economia brasileira teria crescido na verdade apenas uma fração disso: 2% em duas décadas.

Com isso, chega-se a ideia de que o crescimento apresentado pelo país e o investimento para atingir essa alta foram quase equivalentes, o que proporciona certa estagnação econômica.

3.3. CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO *VERSUS* INFLAÇÃO

Após a compreensão do conceito de crescimento econômico, outro problema a ser estudado é a inflação.

De acordo com o Site O Economista (2009):

A inflação é um conceito econômico que representa o aumento persistente e generalizado do preço de uma cesta de produtos em um país ou região durante um período definido de tempo. Se, por exemplo, uma cesta de produtos custa R\$ 100 reais em julho e passa a ser vendida por R\$ 150 reais em agosto, verifica-se uma inflação de 50% no mês. Ela também representa a queda do poder aquisitivo do nosso dinheiro em relação a elevação dos preços de bens e serviços. Quando a inflação está em um nível muito baixo, ocorre a estabilização dos preços, e assim, o valor dos produtos não aumenta.

Essa maneira de conceituar inflação esclarece muito bem o quanto ela pode influenciar nas negociações de mercado, pois é ela quem está diretamente ligada ao aumento ou a baixa nos preços dos bens e produtos.

Para que seja possível calcular os índices de inflação, algumas informações são levadas em consideração, para exemplificar, o site UOL cita:

Entre as diferenças de método, estão os dias em que os índices são apurados, os produtos que incluem, o peso deles na composição geral e a faixa de população estudada.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), por exemplo, considerado a inflação oficial do país, é medido pelo IBGE entre os dias 1º e 30 de cada mês.

Ele considera gastos como alimentação e bebidas; artigos de residência; comunicação; despesas pessoais; educação; habitação; saúde e cuidados pessoais.

O indicador reflete o custo de vida de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos.

Por isso a inflação é algo que causa muita preocupação nas famílias nos dias atuais, pois ela incide em bens e serviços indispensáveis ao dia a dia, o que faz com que os valores dos produtos sofram alterações, o que gera incerteza nos consumidores, pois não há fixação de preços dos produtos.

Considerando que as políticas econômicas buscam pelas altas taxas de crescimento econômico, há sempre uma preocupação com as taxas inflacionárias, que são capazes de prejudicar tal crescimento.

Segundo Martello (2016):

A meta central de inflação para este ano e para 2016 é de 4,5%, com tolerância de dois pontos para mais ou para menos. O teto do sistema de metas, portanto, é de 6,5%. Deste modo, a previsão do mercado para o IPCA neste ano segue acima do teto. Em 2014, a inflação somou 6,41%, o maior valor desde 2011. [...] Para o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, os economistas reduziram a estimativa de alta de 0,5% para 0,4% na última semana – na segunda queda consecutiva. Para 2016, a estimativa de expansão da economia ficou estável em 1,8%.

Dessa forma, nota-se que a taxa inflacionária segue crescendo nos últimos anos, o que causa uma redução no índice do PIB brasileiro, gerando, até o momento, uma estagnação na economia do país.

A economia brasileira também sofre interferências de fatores de nível internacional, que o caso da variação da taxa cambial.

4 VARIÇÃO DA TAXA CAMBIAL E DO PIB BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS ANOS

A variação da taxa cambial interfere diretamente no crescimento da economia, pois está relacionado com o aumento ou diminuição dos valores praticados em mercado. A variação da taxa cambial se resume na relação entre o real e o dólar, essa relação é de suma importância para o mercado internacional, pois o dólar é a moeda de troca mais utilizada nas negociações internacionais. O quadro abaixo indica os valores das médias mensais da cotação do dólar comercial para venda em real no período de 2004 a 2016, por meio dele é possível analisar mês a mês os momentos em que o real se tornou mais ou menos valorizado quando comparado ao dólar.

DÓLAR													
1.	Média	Mensal	da	Cotação	do	Dólar	Comercial	para	Venda				
Em Real (R\$)													
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<i>Janeiro</i>	2,851	2,693	2,274	2,139	1,774	2,307	1,778	1,675	1,791	2,031	2,382	2,638	4,054
<i>Fevereiro</i>	2,930	2,598	2,162	2,096	1,728	2,313	1,842	1,668	1,718	1,973	2,384	2,817	3,978
<i>Março</i>	2,906	2,705	2,152	2,089	1,708	2,314	1,786	1,659	1,795	1,983	2,326	3,140	3,694
<i>Abril</i>	2,906	2,579	2,129	2,033	1,689	2,206	1,757	1,586	1,855	2,002	2,233	3,044	3,551
<i>Maio</i>	3,100	2,452	2,204	1,982	1,661	2,061	1,813	1,614	1,986	2,035	2,221	3,064	3,549
<i>Junho</i>	3,129	2,413	2,248	1,932	1,619	1,958	1,807	1,587	2,049	2,173	2,236	3,111	
<i>Julho</i>	3,037	2,374	2,189	1,882	1,591	1,930	1,770	1,564	2,029	2,252	2,225	3,224	
<i>Agosto</i>	3,003	2,361	2,156	1,966	1,612	1,845	1,760	1,597	2,029	2,342	2,268	3,515	
<i>Setembro</i>	2,891	2,294	2,169	1,900	1,800	1,820	1,719	1,750	2,028	2,270	2,333	3,896	
<i>Outubro</i>	2,853	2,257	2,148	1,801	2,173	1,738	1,684	1,773	2,029	2,189	2,448	3,876	
<i>Novembro</i>	2,786	2,210	2,158	1,770	2,266	1,726	1,713	1,791	2,067	2,297	2,538	3,778	
<i>Dezembro</i>	2,720	2,283	2,150	1,787	2,398	1,751	1,695	1,837	2,080	2,345	2,644	3,869	

Fonte: Imprensa

Fonte: http://economia.acspservicos.com.br/indicadores_ieqv/ieqv_dolar.html

Quadro 1

O quadro a seguir, os dados do Quadro 1 foram utilizados para confeccionar a média anual da variação na cotação do dólar.

Média anual da cotação do dólar comercial para venda	
	Média em Real (R\$)
2004	2,926
2005	2,435
2006	2,178
2007	1,948
2008	1,835
2009	1,997
2010	1,760
2011	1,675
2012	1,955
2013	2,158
2014	2,353
2015	3,331
2016	3,765*
*média feita com base nos valores dos meses de janeiro a maio	

Quadro 2

Grifo nosso.

Por meio do Quadro 2, é possível visualizar que o ano em que o real teve maior valorização em relação ao dólar foi no ano de 2011, que foi um ano marcado pela crise econômica Europeia e o déficit fiscal dos Estados Unidos, com isso a economia brasileira ganha força e Banco Central incentiva a liberação de crédito e diminuição de taxa de juros.

Para melhor identificar a relação existente entre a variação da cotação do dólar e a sua interferência na economia do país, segue abaixo o quadro que expõe os valores do indicador do PIB brasileiro nos últimos anos.

Ano	PIB (nominal)	Tamanho do Crescimento (real)	Posição na Economia Mundial	Presidente
2015	R\$ 5,904 trilhões	-4,05%	9°	Dilma Rousseff
2014	R\$ 5,521 trilhões	0,1%	7°	Dilma Rousseff
2013	R\$ 5,316 trilhões	2,7%	7°	Dilma Rousseff
2012	R\$ 4,806 trilhões	1,8%	7°	Dilma Rousseff
2011	R\$ 4,375 trilhões	3,9%	6°	Dilma Rousseff
2010	R\$ 3,887 trilhões	7,6%	7°	Luiz Inácio Lula da Silva
2009	R\$ 3,328 trilhões	-0,2%	8°	Luiz Inácio Lula da Silva
2008	R\$ 3,108 trilhões	5%	8°	Luiz Inácio Lula da Silva
2007	R\$ 2,718 trilhões	6%	10°	Luiz Inácio Lula da Silva
2006	R\$ 2,410 trilhões	4%	10°	Luiz Inácio Lula da Silva
2005	R\$ 2,172 trilhões	3,2%	10°	Luiz Inácio Lula da Silva
2004	R\$ 1,959 trilhão	5,7%	13°	Luiz Inácio Lula da Silva

Quadro 3

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Evolu%C3%A7%C3%A3o_do_PIB_do_Brasil

Ao associar o Quadro 2 ao Quadro 3 é possível identificar que há uma correlação inversamente proporcional entre os índices avaliados, pois enquanto a cotação do dólar sofre uma queda entre os anos de 2004 a 2011, as posições ocupadas pelo Brasil no ranking da Economia Mundial, neste mesmo período, sofrem ascensão, entretanto, a partir do ano de 2011 até os dias atuais, a taxa cambial tem crescido, enquanto a economia brasileira tem caído gradativamente no ranking mundial.

De acordo com análise feita por Valle (2016):

Outro fator que deverá influenciar a alta do dólar será a decisão do Banco Central Americano de elevação das taxas de juros nos Estados Unidos. Isso fará com que investidores ao redor do mundo corram para a segurança dos títulos públicos americanos e injetará mais um pouco de pressão nas cotações aqui no Brasil.

Por esse ponto de vista, conclui-se que a credibilidade da economia nacional, perante os investidores ao redor do mundo, não preenche os requisitos necessários para que haja confiança para realizarem investimentos no Brasil. Sendo assim, a cotação do dólar continuará elevada por falta de entrada de dólar em território nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi feito com o intuito de transmitir informações que possibilitassem ao leitor maior compreensão do momento econômico pelo qual o Brasil tem passado nos últimos anos. Os dados apresentados esclarecem conceitos que introduzam os interessados no conhecimento da economia brasileira, demonstrando quão preocupante é a atual situação da economia brasileira, que tende a continuar em recessão, ou seja, os índices do PIB brasileiro seguirão apresentando números negativos e desmotivadores para o mercado, por conta de fatores, como por exemplo, das altas taxas inflacionárias, deficiência na aplicação de políticas monetárias que incentivem investidores e taxa de câmbio elevada.

O estudo realizado expõe que variação cambial proporciona momentos de instabilidade na economia nacional, pelo fato da maioria das negociações internacionais serem realizadas com a utilização de dólar e essa moeda ser tão valorizada com relação ao real.

6 REFERÊNCIAS

ACKLEY, Gardner. **Teoria Macroeconômica**. 3ª Edição. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989. Primeiro Volume.

ASSUNÇÃO, Sílvio. Site Administradores – Artigos. **Introdução à macroeconomia**. <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/introducao-a-macroeconomia/48328/>. Acesso em 14/03/16.

BRASIL. **Brasil tem terceiro pior crescimento econômico do G20 em 2014**. http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150326_pib_brasil_comparacao_fd. Acesso em 14/03/16.

BRASIL ESCOLA. **Macroeconomia**. <http://brasilecola.uol.com.br/economia/macroeconomia.htm>. Acesso em 14/03/16.

BUNGE PREV. **Política cambial**. http://www.bungeprev.com.br/bungeprev/bungeprev/conteudo.jsp?cd_pasta=194&s=264&f=189. Acesso em 14/03/2016.

BYRNS, Ralph T. - STONE, Gerald W. **Macroeconomia**. Quinta Edição. São Paulo: Makron Books, 1995. 511 p.

CERQUEIRA, Wagner de. Site Mundo Educação – Bol. **G 20 – Grupo Financeiro**. <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/g-20grupo-financeiro.htm> . Acesso em 25/06/2016.

ECONOMIA. **Dólar**. http://economia.acspservicos.com.br/indicadores_iegv/iegv_dolar.html. Acesso em 25/06/2016

ECONOMIA E REALIDADE. **Diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento.** <http://www.economiaerealidade.com/2007/05/diferenas-entre-crescimento-econmico-e.html> . Acesso em 14/02/2016.

ECONOMIA NET. **Introdução a Macroeconomia.** http://www.economiabr.net/economia/1_macroeconomia.html. Acesso em 11/03/16.

ECONOMIA NET. **Introdução a Microeconomia.** http://www.economiabr.net/economia/1_microeconomia.html. Acesso em 11/03/16.

ECONOMIA NET. **Política Fiscal.** http://www.economiabr.net/economia/4_politica_fiscal.html. Acesso em 14/03/16.

ECONOMIA NET. **Política monetária.** http://www.economiabr.net/economia/4_politica_monetaria.html. Acesso em 13/03/16.

ESTADÃO – E&N NEGÓCIOS. Entenda: **O que é o PIB e como ele é calculado.** <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios.entenda-o-que-e-o-pib-e-como-ele-e-calculado,82627e>. Acesso em 25/06/16.

GARRUCHO, Luís Guilherme. **‘PIB sustentável’ do Brasil cresceu apenas 2% em 20 anos, diz estudo.** http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210_relatorio_pib_alternativo_lgb . Acesso em 25/06/16.

INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL. **Os três tipos de regimes cambiais existentes – e qual seria o mais adequado para o Brasil.** <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2196>. Acesso em 25/06/16.

JORNAL DO BRASIL. **Síntese da Conjuntura** – Inflação versus crescimento econômico. <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2015/06/16/sintese-da-conjuntura-inflacao-versus-crescimento-economico/>. Acesso em 14/02/2016.

MAIA, José Benedito Zarzuela. **Desenvolvimento econômico.** <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tikiindex.php?page=Desenvolvimento%20econ%C3%B4mico>. Acesso em 25/06/2016.

MARTELLO, Alexandre. **CMN mantém meta central de inflação em 4,5% para 2018, com Téo de 6%.** <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/cmn-mantem-meta-de-inflacao-no-nivel-de-45-em-2018-com-teto-de-6.html>. Acesso em 30/06/16

NOVA ESCOLA CLUBE. **Crescimento econômico: o que faz um país prosperar?.** <http://rede.novaescolaclubes.org.br/planos-de-aula/crescimento-economico-o-que-faz-um-pais-prosperar>. Acesso em 11/03/16.

NUNES, Paulo. **Macroeconomia.** <http://know.net/cienceconempr/economia/macroeconomia/>. Acesso em 11/03/16.

O ECONOMISTA. **Conceito de Inflação: o que é e como se forma.** <http://www.oeconomista.com.br/inflacao-o-que-e-e-como-se-forma/>. Acesso em 11/03/16.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Definição de micro e macroeconomia.** <http://www.portaleducacao.com.br/contabilidade/artigos/54969/definicao-de-micro-e-macroeconomia>. Acesso em 11/03/16.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Instrumentos de política econômica.** <http://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/29553/instrumentos-de-politica-economica>. Acesso em 14/03/16.

SANTIAGO, Emerson. **Política fiscal.** <http://www.infoescola.com/economia/politica-fiscal/>. Info Escola. Acesso em 14/03/16.

SEPI – UNIP – Universidade Paulista. https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&sqi=2&ved=0ahUKEwjJtedrL7LAhUElpAKHbMMBAUQFggjMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.unipvirtual.com.br%2Fmaterial%2FMATERIAL_ANTIGO%2Feconomia_mercado%2Fmodulo9%2Fmod_9.ppt&usq=AFQjCNFQvYjLHkRPJNVOSrINE2EvpCn8ig&bvm=bv.116636494,d.Y2I. Acesso em 13/03/16.

SUA PESQUISA – PESQUISA.COM. **PIB – Produto Interno Bruto.** http://www.suapesquisa.com/o_que_e/pib.htm. Acesso em 25/06/16.

TESOURO NACIONAL. **Política Fiscal.** http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/sobre-politica-fiscal. Acesso em 11/03/16.

UOL. **Entenda o que são os índices de inflação.** <http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/guias-financeiros/entenda-o-que-sao-os-indices-de-inflacao.htm>. Acessado em 28/06/16.

VALLE, Alberto – Empreendedores Web. **Crise econômica 2016.** <http://www.empreendedoresweb.com.br/crise-economica-de-2016/>. Acessado em 28/06/16.

VASCONCELLOS, Marco Antônio S. e GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de Economia.** São Paulo: Saraiva, 1999, 240 p.

WIKIPEDIA. **Evolução do PIB do Brasil.**
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Evolu%C3%A7%C3%A3o do PIB do Brasil.](https://pt.wikipedia.org/wiki/Evolu%C3%A7%C3%A3o_do_PIB_do_Brasil) Acesso em
25/06/16.